

# APRESENTAÇÃO

**N**ão posso deixar de registrar aqui o meu orgulho e satisfação de ver nascer o primeiro número de **CADERNOS DE CAMPO**. Somente quem participou mais de perto de sua confecção pode avaliar o tempo e o trabalho artesanal que este pequeno volume foi capaz de consumir. O empenho está na medida exata do valor que esta revista terá para o estímulo do debate intelectual no interior do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e para o amadurecimento das idéias que vêm configurando nosso campo de trabalho.

Este primeiro número é um bom retrato das preocupações teóricas e das pesquisas que estamos desenvolvendo nos cursos de Pós-Graduação.

No seu conjunto, os artigos aqui apresentados tratam de duas temáticas chaves e sempre atuais no trabalho antropológico: o papel das representações na construção das identidades, e o problema da descrição na construção do texto antropológico.

Os dois primeiros artigos de Marina Albuquerque e Cristina Redko recortam o tema das representações através do estudo de populações femininas reclusas em instituições totais ( prisões e hospitais psiquiátricos), enquanto o terceiro, de Neusa Maria Gusmão e Ana Lúcia Valente, retomam o mesmo problema do ponto de vista da reconstrução da memória negra através do catolicismo popular. Nos três trabalhos, trata-se de compreender os complexos, e muitas vezes contraditórios, mecanismos simbólicos através dos quais as identidades se reconstróem. O que perturba o pesquisador nos dois primeiros casos é que o estigma "delinqüente" ou "louca" não é negado pelas mulheres nas representações que fazem de si, mas ao contrário é incorporado como peça integrante do mosaico de sua identidade. O que inquieta o pesquisador - militante no último caso - é o fato de que os negros usam os valores brancos - do catolicismo popular - para recompor sua memória ao invés de voltarem o olhar para as tradições africanas.

Numa outra perspectiva, mas no interior dessa mesma temática, o artigo de Jocélio tampouco é tranqüilizador. Em sua análise do caso de Maria Joaquina de Santana, ex-escrava condenada pelos tribunais baianos por seviciar sua escrava Rosa, o leitor oscila entre o horror ao branco que produziu um dispositivo jurídico capaz de dar sentido à escravidão, e o horror ao escravo que acata para si os mesmos mecanismos. O desapontamento do leitor é o mesmo que os anti-escravistas tiveram, em 1840, frente aos negros libertos que não aceitavam engrossar as fileiras anti-escravistas. O avesso do avesso, a violência de

uma ex-escrava contra uma escrava é uma caricatura hedionda da ordem senhorial. A partir desse espelho em que o branco não se reconhece, a boa consciência clama por uma justiça absolutamente justa, capaz de corrigir essa dupla violência que beira a monstruosidade.

Os dois últimos artigos deste volume retomam a problemática da relação do pesquisador com seu objeto tratando de analisar o modo como o antropólogo reconstrói pela escrita, aquilo que observa. Se o que está em jogo é a compreensão do outro, inclusive na sua própria subjetividade, como transmitir ao leitor a vivacidade da experiência de uma cultura ou de uma visão de mundo que lhe é estranha? O trabalho de Vagner Gonçalves da Silva procura analisar como três autores já clássicos nos estudos das religiões africanas no Brasil - Roger Bastide, Pierre Verger e Juana Elbein - respondem a essa questão. Tendo como referência a crítica que alguns autores da Antropologia americana contemporânea fazem à construção do texto etnográfico clássico, Vagner procura desvendar os mecanismos ficcionais que se introduzem nas obras dos pensadores que analisa. De um modo geral Vagner mostra que, na tentativa de tornar vivido, familiar e coerente o universo dos candomblés, estes autores acabam por “re-inventar” o “verdadeiro” candomblé. Se esta “re-invenção” coloca problemas de ordem metodológica, ao não explicitar o modo como a observação foi construída, ela traz também consequências inesperadas ao ser utilizada pelos adeptos como modelo de referência dos atos litúrgicos.

Se o texto do Vagner desvenda a vertigem de que padece o trabalho antropológico ao tornar ambíguas as fronteiras entre realidade e ficção, o artigo de Plácido Alcântara faz o caminho inverso e, analisando a obra do escritor alemão Hubert Fichte, mostra como a ficção coloca em xeque esses mesmos procedimentos: denuncia a suposta neutralidade do autor que por detrás de uma linguagem padronizada esconde suas preferências e escolhas; problematiza a pretensão do observador onipotente capaz de abarcar com o olhar (e a interpretação) a totalidade de uma cultura; critica a insipidez da linguagem científica buscando uma nova forma de expressão das experiências.

Como se pode ver, este primeiro número não veio para apaziguar. Mais do que dar a palavra final sobre os temas pesquisados, ele pretende inquietar as consciências e animar a reflexão. Neste sentido ele é bastante promissor.

A atualidade de **CADERNOS DE CAMPO** está também na sua concepção geral que, para além dos temas específicos tratados nos artigos, procura colocar o leitor em contato com debates e problemas da cena contemporânea. Pela tradução de autores conhecidos, cada número tornará mais acessível ao público brasileiro trabalhos importantes que interessem diretamente às pesquisas em andamento. A sessão de resenhas fará um balanço crítico da produção mais recente. Não se pode deixar de ressaltar também o interesse da sessão de entrevistas que neste número coloca em pauta o candente debate sobre as propostas de re-estruturação dos programas de pós-graduação elaboradas pela Profa. Dra. Eunice Durham, antropóloga e atual Secretária Nacional do Ensino Superior do MEC. Finalmente, através das comunicações e informes o leitor poderá tomar pulso do modo como o trabalho antropológico incide

sobre a vida social e política do país. Luís Donisete Benzi Grupioni chama a atenção para a importância da atuação da comunidade educacional em geral e dos antropólogos em particular na formulação de propostas para a educação escolar indígena na nova Lei de Diretrizes de Base, aprovada pela Comissão da Educação Nacional, atualmente em tramitação no Congresso Nacional. Ele lembra que as políticas nacionais de educação indígena sempre se caracterizaram pelas intenções de “civilizar” e “assimilar” os índios à sociedade brasileira. Coube à vigorosa atuação da sociedade civil alterar essa visão tradicional dos governantes e políticos. Uma das organizações que atuou intensamente nessa direção foi o MARI - Grupo de Estudos de Educação Indígena, formado no Departamento de Antropologia da USP. Os informes trazem um balanço de seus objetivos e das atividades que vêm desenvolvendo nos projetos de educação indígena. Finalmente, gostaríamos de ressaltar a importância da tradução da “Declaração Universal dos Direitos Coletivos dos Povos” e a participação da Profa. Dra. Lux Vidal no Tribunal Permanente dos Povos em outubro de 1990 (Paris). Ali ela denuncia o grave problema da demarcação das terras indígenas que colide com interesses de importantes grupos da sociedade brasileira, o desastre ecológico promovido pelas atividades predatórias de grandes projetos econômicos marcados pela mentalidade “desenvolvimentista”, e a total paralisia do Governo no que diz respeito à uma política indigenista que torne efetiva a preservação dos direitos dos povos indígenas.

Neste número **CADERNOS DE CAMPO** mostra pois, com seus informes e comunicações, que a Antropologia não é uma ciência que se alimenta apenas da ambiência tranqüila dos campos universitários. O antropólogo é chamado a engajar-se e a fazer do seu saber uma das forças que se entrecrocaram no turbilhão dos conflitos sociais. Na medida de suas possibilidades **CADERNOS DE CAMPO** busca ser sua modesta tribuna. Esperemos que inaugure uma tradição e se torne instrumento de uma experimentação contínua, sempre capaz de surpreender e renovar.

**Paula Montero**

**São Paulo, 7 de março de 1991**